

IMPASSE A INDEFINIÇÃO SOBRE O DESTINO DAS 2,1 MIL PESSOAS QUE VIVEM NA ÁREA PROTEGIDA JÁ PREJUDICA A PRODUÇÃO RURAL LOCAL

Moradores desmatam Pontões Capixabas para vender madeira

Medida foi adotada por agricultores da área por falta de acesso a financiamentos

NILO TARDIN

PANCAS. A criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas provocou o efeito inverso da incumbência de conservar a Mata Atlântica e a vida silvestre na área de 17,4 mil hectares, em Pancas e Águia Branca, no Norte do Espírito Santo.

A indefinição sobre o destino das 2,1 mil pessoas vivem na área protegida desenha a outra face da medalha, porque em parques nacionais não pode morar ninguém. Enquanto não se resolve o problema das indenizações, os bancos negam créditos e cortam pela raiz os financiamentos dos pequenos fazendeiros, mesmo daqueles que habitam o espaço de dez quilômetros fora do parque também preservados por lei.

Desmatamento. O medo de perder as terras leva alguns lavradores inconformados a ressuscitar os velhos machados e derrubar a mata para vender a madeira e fazer dinheiro.



BIODIVERSIDADE. A área de 17,4 mil hectares, em Pancas e Águia Branca, abriga espécies da Mata Atlântica. FOTO: NILO TARDIN

SAIBA MAIS

■ Existem no Parque

396
propriedades rurais

178
proprietários residentes

248 meeiros

245 diaristas

583 famílias residentes

ONDE FICA

Onde fica



A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

70%

Novos plantios também estão surgindo no lugar de áreas verdes. Por isso, a anulação do decreto que criou o Parque Nacional dos Pontões Capixabas é única saída que as famílias residentes no local aceitaram para acabar com o clima de pé-de-guerra contra o Governo federal.

A maioria dos agricultores descende dos pomeranos, que há cerca 100 anos desbravaram as matas virgens do Vale do Pancas que é rodeado por belos picos rochosos, de altitudes superiores a mil metros.

“Do jeito que está, o beco fica sem saída”, diz o agricultor Paulo César dos Santos, 35 anos. Paulo compõe o grupo de colonos que promete abrir fogo se for obrigado a deixar suas terras, que ficam no coração do parque, na porção localizada em Águia Branca. O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) realizou os levantamentos aéreo, cartográfico e cadastral dos habitantes das duas áreas contíguas.

Criação. O parque dos Pontões Capixabas foi criado em dezembro de 2002 a fim de salvar o que resta da Mata Atlântica, da rica biodiversidade da área e para defender as pedras da fúria das mineradoras. As 583 famílias identificadas na área vivem assombradas pelo medo de perder suas história do dia para noite.

Os dirigentes capixabas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) lutam para manter o parque com outra dimensão. Novas medidas reduziram 60% da área e garantiriam a permanência das famílias, mas cerca 21 desapropriações não estão descartadas.

“Sentimos que estamos sendo roubados no nosso direito. No caso de retirada, onde vamos ficar? Seria o extermínio da cultura pomerana na região”, dispara Patrícia Stuhr, da direção da Associação dos Moradores e Amigos dos Pontões Capixabas.

Agricultores desanimam de cultivar as lavouras

Lavradores reclamam da falta de informação e pedem que Governo seja justo com indenizações

O lavrador Fridolino Gehrke, 52 anos, sente calafrios e perde o sono toda vez que imagina sair da terra que nasceu, nas bordas do Parque Nacional dos Pontões Capixabas. A falta de informação levou os Gehrke a desanimar da lavoura.

Horas antes da audiência pública em Lajinha, Pancas, para discutir o novo modelo

proposto pelo Ibama, no último dia 24, Fridolino, ao lado da mulher Terezinha, reclamava que a situação complicou demais após o decreto do parque.

“Não sei fazer outra coisa senão plantar e colher. Não tenho estudo. Afinal, o Governo tem verbas para nos tirar daqui numa avaliação justa? Esta é a terceira geração dos Gehrke na propriedade, diz Fridolino, na escada da varanda do antigo casarão em que nasceu.

A fé luterana atrai uma legião aos cultos dominicais, expressão de uma cultura se-

cular que fincou pé no Brasil após a extinção da Pomerânia, em meados do século 19, na Europa. O pastor luterano Darly Pagung confirma o avanço do desmatamento, as ameaças de suicídios e o interesse dos colonos em manter intocada a floresta. “Sabe-se que se desmatou mais em um ano do que em três décadas”, acentuou Darly. O chefe da seção de Cartografia do Idaf, Mário Sartori, também sinaliza que os lavradores aceleraram o “corte clandestino de árvores.

MORADORES

2.112

Esse é o número de pessoas que moram na área que fica dentro do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, localizado em Pancas e Águia Branca, na Região Norte do Espírito Santo.

Crianças já decidiram: querem ficar

Alheias aos embates da luta pela terra, deflagrada na quadra de esportes pelos lavradores dos Pontões e autoridades, as crianças do distrito de Lajinha do Pancas têm convicção que ficar é o melhor caminho para elas. “Podemos brincar na rua sem medo”, comenta a pequena Karina Spomerdtann, 12 anos. “Vivemos longe da violência. Somos todos amigos. Não quero sair daqui”, revela Bianca França, também de 12 anos.

A REALIDADE DA ÁREA



“Convivência somente através de diálogo”

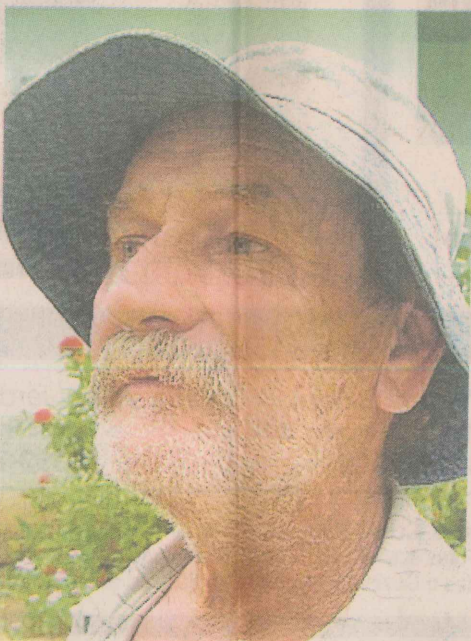
ANDRÉ CARDOSO
Prefeito de Pancas

“Defendo a alteração do sistema que criou o parque para uma Unidade de Conservação. A situação caminha para o imprevisível. Alguns agricultores começaram a se armar. Somente pelo diálogo será possível construir a convivência das famílias nos Pontões. Jamais pela força.”

“Não saberia viver na cidade”

FRIDOLINO GEHRKE
Lavrador

“Minha maior revolta é ter que sair daqui. Ninguém veio aqui explicar o que é ou deixa de ser o parque. Sei que não posso tirar nem um pé de pau. Sem instrução, não saberia viver na cidade.”



“Todos os nossos direitos foram atropelados”

PATRÍCIA STUHR
Diretora da Associação dos Moradores dos Pontões

“O Ibama criou o parque de forma unilateral. Todos os nossos direitos foram atropelados. Se a Mata Atlântica ainda permanece viva, é devido à relação de amor a terra de nossos antepassados que ajudaram a conservar. Agora querem ignorar”.

70% do Parque fica em Pancas

30% em Águia Branca

Comunidades e Ibama estudam a mudança do modelo

Órgão espera decisão da população para enviar nova proposta ao Congresso Nacional

Qualquer medida para anular ou modificar normas nos Pontões Capixabas precisa de aprovação do Congresso Nacional e sanção do presidente da República. O advogado e técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) Sebastião Ribeiro, assegura que a direção do órgão busca soluções junto às comunidades, a fim de resolver sem conflitos a situação dos agricultores.

“A idéia é manter no parque os fragmentos de mata e as rochas, demarcando área livre nas propriedades. A direção do Ibama está aberta ao diálogo. Quanto mais depressa a população decidir, mais rápido a revisão será analisada no Congresso”, disse Ribeiro. Duas comissões formadas por populares e órgãos de Governo estudam propostas em Pancas e Águia Branca.

Em julho deste ano, cerca de 1,2 mil pessoas fecharam a Rodovia do Café, que liga Colatina a Barra de São Francisco, protestando contra a implantação do parque. Os manifestantes atearam fogo em pneus e paralisaram o trânsito durante seis horas. O agricultor Cláudio Eggert também defende o fim do parque e a criação de um mosaico de reservas particulares, com incentivos.